

# Investigação Científica nas Ciências Humanas 3

Marcelo Máximo Purificação  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

# Investigação Científica nas Ciências Humanas 3

Marcelo Máximo Purificação  
(Organizador)

Atena  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
162	<p>Investigação científica nas ciências humanas 3 [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Máximo Purificação. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-718-5 DOI 10.22533/at.ed.185191710</p> <p>1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro *Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*, tem por objetivo alargar o diálogo entre pesquisadores e difundir trabalhos desenvolvidos nessas áreas do conhecimento.

Uma obra constituída de 29 artigos, de autores e instituições de diferentes regiões do país que abordam temas diversos e perpassam com maestria importantes discussões das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Nesse sentido, este livro está organizado em duas seções. A primeira composta por 15 artigos que versam sobre as Ciências Humanas estabelecendo liames com temas como: arte, didática, ensino, formação de professores, política educacionais, evasão escolar, fracasso escolar, entre outros.

A segunda seção composta por 14 artigos, estabelece uma relação dialógica com temas interdisciplinares discutidos a partir da lupa das Ciências Sociais Aplicadas e das condições humanas na perspectiva social, a saber: instituições sociais, organizações, inclusão social, desenvolvimento sustentável, bem-estar, tecnologias, dentre outros.

Nos artigos desta coletânea, o leitor poderá identificar que os autores lançam diferentes olhares sobre temas que são amplamente discutidos nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, numa linguagem acessível, deixando perceber o gosto e o valor da atitude de pesquisar.

Esperamos que a aproximação das temáticas dos artigos com os contextos sociais e com as relações do cotidiano, possa inspirar você leitor/a à reflexão, no intuito de compreender seus contextos, (inter)agir sobre os mesmos.

Uma excelente leitura!

Marcelo Máximo Purificação

## SUMÁRIO

### PARTE I – CIÊNCIAS HUMANAS

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ARTE NÃO TRADUZ O VISÍVEL, MAS TORNA VISÍVEL	
Aline do Carmo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917101</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A DIDÁTICA DESENVOLVIDA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONTRIBUI PARA A QUALIFICAÇÃO DO ENSINO DE CIÊNCIAS	
Leandro Moreira Maciel Maria Laura Brenner de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917102</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR PARA ALUNOS EM TRATAMENTO INTENSIVO	
Julia Pereira Luciane Madeira Motta Tavares Terezinha Richartz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917103</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO EM CONFLITOS EMOCIONAIS DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS	
Manfred Toninger Andreia Cristiane Silva Wiezzel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917104</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS COM A LITERATURA INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	
Ana Carolina Batista Gisele Kühn Haddad João Derli de Souza Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917105</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
ESTUDO SOBRE ERGONOMIA APLICADA AO DESIGN DE VESTUÁRIO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADE SENSORIAL	
Raysa Ruschel Soares Lívia Accioly Menezes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917106</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
EVASÃO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA ESCOLA JOSÉ PIO DE SANTANA IPAMERI GOIÁS (2016)	
Maira Aparecida Brandão de Freitas Marilena Julimar Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917107</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	
Débora da Costa Pereira Fábio André Hahn Marcos Clair Bovo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>96</b>
LETRAMENTO DIGITAL NA BNCC: CULTURA VIRTUAL NAS PRÁTICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Amanda de Jesus Oliveira Santos Xavier Luciana Nogueira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1851917109</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>106</b>
O SUJEITO E O OBJETO DO FRACASSO ESCOLAR: CULPA DE MUITOS, RESPONSABILIDADE DE POUCOS	
Débora Nogueira de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>117</b>
O TRATAMENTO DADO PELAS ESCOLAS AOS ALUNOS ORIUNDOS DE FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS	
Camila Aparecida Tavares Terezinha Richartz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>127</b>
PROMOVENDO O EMPODERAMENTO DA LÍNGUA INGLESA E DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Albene Cássia Dantas Gama Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>133</b>
SEMIÓTICA DISCURSIVA NA ANÁLISE DE UM CARTAZ DO VESTIBULAR DA UEG: A QUESTÃO DO SENTIDO	
Jorge Lucas Marcelo dos Santos Maria Eugênia Curado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171013</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL MANIPULÁVEL NO ENSINO DE PRISMAS RETOS	
Nayara Borges de Oliveira Corrêa	
Rosemeire Terezinha da Silva	
Robson Lopes Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171014</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES QUE SE ABREM NO ATO DE EDUCAR COM A UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIAS ATIVAS	
Lucimara Glap	
Luiz Edemir Taborda	
Luana Eveline Tramontin	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
Antonio Carlos Frasson	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171015</b>	
<b>PARTE II – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
A GRAMÁTICA EMOCIONAL DO ENVELHECIMENTO E AS DISPOSIÇÕES SOCIAIS DOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	
Angela Elizabeth Ferreira de Assis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
A IMPORTÂNCIA DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS NA MELHORA DA AUTOESTIMA DA CRIANÇA HOSPITALIZADA COM CÂNCER	
Daniele Taina de Melo França	
Luís Sérgio Sardinha	
Valdir de Aquino Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171017</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>199</b>
A IMPORTÂNCIA DO BIG DATA NAS ORGANIZAÇÕES	
Yasmin Teles Dos Santos	
Elisabete Tomomi Kowata	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171018</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>206</b>
A OBSERVAÇÃO RELACIONAL COMO TÉCNICA DE PESQUISA SOCIAL	
Nildo Viana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171019</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>219</b>
AS CONCEPÇÕES DE ALMA EM AVICENA E O QUE SE SUCEDE DO “EXPERIMENTO MENTAL DO HOMEM SUSPENSO NO AR”	
Jonathan Alvarenga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171020</b>	



<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>230</b>
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM HANSENÍASE E PERCEPÇÕES DE SEUS FAMILIARES	
Luana Nepomuceno Gondim Costa Lima Carina Cavalcanti Nogueira Lopez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171021</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>239</b>
DIREITO E ARTE: A PERFORMANCE <i>RHYTHM 0</i> DE MARINA ABRAMOVIC E O PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA VIDA	
Yohana Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171022</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>251</b>
INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SOCIAL – O CASO DO FESTIVAL ROTA DOS SABORES EM CORONEL FABRICIANO (MG)	
Betinna Almeida de Tassis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171023</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>258</b>
LEMBRANÇAS DE DONA ZITA: UMA PESQUISA DE HISTÓRIA DE VIDA	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171024</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>270</b>
MEMÓRIAS DOS ADULTOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS RIO GENIPAÚBA ABAETETUBA PARÁ: MOTIVOS QUE CULMINARAM PARA INTERRUPTÃO DOS ESTUDOS NO PASSADO E PERSPECTIVAS DE RETORNO NO PRESENTE	
Thiago Maciel Vilhena Raiane Ribeiro Cardoso Francilene Farias Valente Ana Marcia Gonzaga Rocha Marlea de Nazaré Sobrinho Costa Holdamir Martins Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171025</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>283</b>
O CONCEITO DE IDEOLOGIA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	
Abigail Ferreira Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171026</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>291</b>
O USO DA ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE COLETA DE DADOS EM DISSERTAÇÕES DA ENFERMAGEM	
Cristiane Lopes Amarijo Aline Belletti Figueira Alex Sandra Ávila Minasi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171027</b>	

<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>299</b>
PROJETAR PARA O BEM-ESTAR: BREVE ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS PESSOAS COM OS BENS MATERIAIS	
Maria Carolina Frohlich Fillmann Ulisses Filemon Leite Caetano Jéssica Collet	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171028</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>317</b>
REFLEXÕES SOBRE O CONSUMO DE ARTESANATO NA INTERNET	
Nicole Rochele Cardoso Brancher	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18519171029</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>329</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>330</b>

## O SUJEITO E O OBJETO DO FRACASSO ESCOLAR: CULPA DE MUITOS, RESPONSABILIDADE DE POUCOS

**Débora Nogueira de Moraes**

Universidade Estadual de Goiás

Campos Belos - Goiás

**RESUMO:** Ao considerarmos que o sucesso é um processo baseado na meritocracia, ou seja, baseado apenas nos esforços e dedicações individuais, estamos de antemão afirmando que o fracasso é a ausência dos mesmos e ignorando os percalços enfrentados por cada indivíduo em sua trajetória social. Por entender que esse conceito promove um abismo social já que não é oferecida “oportunidades iguais a quem a vida deu caminhos diferentes” o referido trabalho tem por objetivo chamar a atenção do leitor para a situação de alunos que por diversos fatores apresentam baixo rendimento escolar. Alunos que vão ficando pelo caminho por não alcançarem todos os conteúdos curriculares e por consequência não se desenvolverem como os demais, tornando-se assim mais suscetíveis ao fracasso escolar, uma vez que a distorção idade/ano interfere na autoestima do aluno que, sem uma intervenção eficaz muita das vezes desiste de si próprio. Diante dessa situação buscamos compreender os papéis da escola, do Estado e da família de forma a impedir que a trajetória do aluno seja interrompida. Por entender que é dever da escola desenvolver estratégias que promovam

o aluno, recuperem sua autoestima e deem a ele novas oportunidades de aprendizagem foi realizada uma pesquisa de campo com professores da rede Estadual de Ensino do estado de Goiás para conhecer e compreender algumas ações de enfrentamento da escola diante o fracasso escolar visando recuperar o aluno com baixo rendimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas educacionais. Rendimento escolar. Fracasso escolar. Sucesso

### THE INDIVIDUAL AND OBJECT OF THE SCHOOL FAILLURE: FAULT OF MANY, RESPONSIBILITY OF FEW

**ABSTRACT:** In considering that success is a process based on meritocracy, in other words, based only on individual efforts and dedication, we are affirming in advance that failure is absence of them and ignoring the mishaps faced by each individual in their social trajectory. Understanding that this concept promotes in our society a social abyss since it is not offered “equal opportunities to whom life has given different paths”, this paper aims to draw the reader’s attention to the situation of students who, due to several factors, features poor school performance. Students who don’t access achieving all the curriculum content and consequently do not develop as the others, thus becoming more susceptible to school failure,

since the age / year distortion interferes in the self-esteem of the student who, without a Effective intervention often gives up on itself. Given this situation we seek to understand the roles of school, state and family in order to prevent the student's career from being interrupted. Understanding that it is the school's duty to develop strategies that promote students, regain their self-esteem and give them new learning opportunities, a field research was carried out with teachers from the Goiás State Teaching Network to know and understand some coping actions. of school in the face of school failure aimed at recovering the student with low performance.

**KEYWORDS:** Educational practices. School performance. School failure. Success

## INTRODUÇÃO

Quando o professor ensina e o aluno não aprende, o que a escola faz para reverter esta situação? Cumpre a Lei nº 9394 de Dezembro de 1996, Art. 13, Inciso III e IV que determinam que o professor deva zelar pela aprendizagem do aluno? Estabelecem estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento? Quais são as estratégias para que os alunos com dificuldades de aprendizagem tenham condições de desenvolver? E as escolas cumprem a sua incumbência expressa no artigo 12 inciso V da LDB (9394/96) provendo meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento?

Sobre as ações a serem implementadas a fim de assegurar o processo contínuo dos alunos no Estado do Goiás, o Art. 32 da Resolução Conselho Estadual de Educação / CP N. 5 de Junho de 2011, salienta que:

O Sistema Educativo do Estado de Goiás, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, envidarão esforços para assegurar o progresso contínuo dos educandos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida. (GOIÁS, 2011, p. 10)

É importante questionar se a comunidade escolar está de fato concentrando esforços para garantir que os alunos acessem os conteúdos que são ensinados em sala ou esses alunos já foram abandonados por parcela daqueles que deveriam zelar por sua aprendizagem. Nessa perspectiva os sistemas de ensino, as escolas, os professores e as famílias devem lançar mão de todos os recursos disponíveis para evitar que a trajetória escolar dos alunos com dificuldades de aprendizagem seja interrompida. É importante questionar também se as ações propostas estão realmente comprometidas com a recuperação da aprendizagem do aluno, pois não se trata de “promoção automática” visando a não reprovação, mas da promoção da aprendizagem.

Quando acontece de o professor ensinar e o aluno não aprender é preciso que haja uma investigação que determine o fator causador, uma vez que é prioridade do

aluno a aquisição plena ao direito de aprender. Ou seja, se há em meio ao processo educativo algo que desvie o aluno do aprender, a escola deverá agir para que esse desvio não a leve ao fracasso escolar.

### **Fracasso escolar e suas facetas**

Entende-se por fracasso o insucesso, e agarrando-se a etimologia da palavra verifica-se tratar de uma forma de apontar o mau resultado, mau êxito. É o não êxito que mais tarde intitulará seus detentores de “fracassados”, pois segundo Fernández (2001, p. 28) “perdoamos tudo, menos o fracasso, este parece ser o lema que, partindo de algumas famílias e escolas, dirige-se aos jovens”. Isso porque a sociedade espera que se alcance um ideal e para ela torna-se mais confortável depositar no próprio indivíduo a responsabilidade pelo mau desempenho. Acredita-se em meritocracia, como se a educação não fosse um processo social onde os fatores externos influenciam em seu desempenho.

No ambiente escolar o fracasso pode ser compreendido como a incapacidade de adquirir e sistematizar o conhecimento, o insucesso na aquisição da aprendizagem que por consequência reflete como baixo rendimento escolar. Situações em que os alunos não aprendem, não acompanham o desenvolvimento da turma, tiram notas ruins por não alcançarem o aprendizado almejado para determinado ano escolar. Tais situações levam a reprovação do aluno. O fracasso na trajetória escolar.

A escola, que deve promover a igualdade educacional muitas das vezes acaba sendo uma grande promotora da segregação, onde uns aprendem e outros não, evidenciando a precariedade do sistema educativo brasileiro. Para Bossa (2002, p. 18), o sistema escolar não cumpre o que propõe e assim, “a escola acaba por produzir a marginalização e o insucesso de milhares de jovens”.

Demo (2017) faz uma reflexão sobre a escola que é oferecida ao aluno. Segundo ele, se quisermos recuperar o aluno que “fracassou” é necessário oferecermos uma oportunidade diferente da anterior. “Oferecer a mesma escola, o mesmo currículo, a mesma aula, é insistir em um novo fracasso”. É preciso parar de reproduzir o que não deu certo e desfazer o ciclo do insucesso apostando nas potencialidades e capacidades de cada aluno. A escola não pode continuar sendo palco de fracassos.

No Brasil, a escola torna-se cada vez mais palco de fracassos e de formação precária, impedindo os jovens de se apossarem da herança cultural, dos conhecimentos acumulados pela humanidade e, conseqüentemente, de compreenderem melhor o mundo que o rodeia. A escola, que deveria formar jovens capazes de analisar criticamente a realidade, a fim de perceber como agir no sentido de transformá-la e, ao mesmo tempo, preservar as conquistas sociais, contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro. É curioso observar o modo como os educadores, sentindo-se oprimidos pelo sistema, acabam por reproduzir essa opressão na relação com os alunos. (BOSSA, 2002, p. 19).

Embora a precariedade do sistema educativo, estruturas escolares ruins,

materiais escassos, condições de trabalho docente, entre outros fatores contribuam para o fracasso escolar decidimos ressaltar aqui os três mais apontados pelos professores. A ausência de suporte familiar, alunos com dificuldades de aprendizagens e a pobreza.

No quadro social brasileiro é de suma importância perceber o papel da família como sendo essencial para o desenvolvimento de qualquer criança em idade escolar. Sobre isso Funayama (2008, p. 79) elucida que “os pais e a família podem direcionar positivamente o aprendizado escolar, a motivação da criança para os estudos e o desenvolvimento de competências interpessoais que garantem um bom relacionamento com professores e colegas.” Sabe-se que o fracasso escolar está ligado a diversos fatores que direta ou indiretamente influenciam os alunos, um deles é a relação familiar.

A importância da participação da família no desenvolvimento escolar da criança é indiscutível, no entanto, há famílias que não participam da vida escolar dos filhos, tampouco estimulam seu interesse. Por trás de cada criança em sala de aula há uma história, boa ou ruim, em relação ao seio familiar. A presença ou ausência familiar reflete em seu desempenho escolar. Funayama (2008, p. 88) discorre sobre a situação dessas crianças e a consequência do abandono no processo de ensino e aprendizagem, salientando o papel dos pais nesse processo.

As crianças mais atrasadas na escola são as que recebem menos supervisão dos pais (na lição de casa, no estudo para as provas e no acompanhamento das notas e frequência); suas famílias têm menos rotinas com horários definidos e menos oportunidades de se reunirem, quando comparadas às famílias de crianças com pouco ou nenhum atraso escolar. (FUNAYAMA, 2008, p. 88)

O que a autora enfatiza é que a exclusão escolar mantém uma estreita ligação com o contexto familiar. Quando a criança recebe em casa estímulos para estudar, quando tem supervisão nas lições de casa e os pais estão sempre acompanhando sua situação escolar, esses alunos apresentam um melhor desempenho, no entanto, quando os pais se mostram ausentes e alheios ao que acontece aos seus filhos fora de casa, seu desempenho escolar poderá ser seriamente afetado. Segundo Bronfenbrenner, *apud* Funayama (2008, p 78), todos os grupos em que a criança está inserida são partes de um “microsistema” que compõem a sua vida social. Quando algo não vai bem num desses “microsistemas”, simultaneamente afetará os outros grupos que o compõe, causando o “efeito dominó”, ou seja, se algo não vai bem com a relação familiar, o seu rendimento escolar poderá ser prejudicado, bem como sua relação afetiva e interacional de modo geral.

Nessa perspectiva entende-se como fundamental a participação da família para o desenvolvimento escolar do aluno. A motivação, o bom vínculo familiar, caracterizado pela relação afetiva, estímulo e acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos colaboram para o seu sucesso, bem como a ausência da família vem a contribuir para

possíveis dificuldades de aprendizagens.

Tratar da questão familiar é uma situação complexa. E sabendo da importância do acompanhamento da família na vida escolar da criança mais uma vez a escola precisa envidar esforços e promover ações que estreitem a relação família/escola, pois para a criança esses ambientes são extensões um dos outro.

Sobre os alunos diagnosticados com necessidades educacionais especiais, são aqueles que apresentam problemas de aprendizagem “sintomáticos”, ou seja, problemas que afetam as percepções na aquisição do conhecimento (cognição), causando o “aprisionamento” da inteligência (Fernández, 1991), como por exemplo a dislexia, disgrafia, discalculia, dispersão (principalmente nas atividades em sala), que são os casos de TDAH (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade).

[...] um *fracasso escolar* pode diferenciar-se de um problema de aprendizagem, analisando a *modalidade de aprendizagem do aprendente em sua relação com a modalidade ensinante da escola*. Nas situações de *fracasso escolar*, a modalidade de aprendizagem do sujeito não se torna patológica; quando se constitui um *problema de aprendizagem* (inibição cognitiva ou sintoma), a modalidade de aprendizagem altera-se. (FERNÁNDEZ, 2001, p. 31, grifo da autora)

É comum o fracasso escolar ser relacionado aos problemas de aprendizagem sem haver uma dissociação dos termos e isso traz consigo diagnósticos equivocados que dificultam a intervenção necessária e correspondente. O fato é que há uma diferença entre o “fracasso escolar” e os problemas de aprendizagem. Mais precisamente, um é o resultado do outro.

É de suma importância que a criança com necessidades especiais tenha um acompanhamento especializado e adequado, porém o diagnóstico ainda é um problema a ser sanado. Apesar de os estudos voltados aos problemas de aprendizagem venham colaborando para conceituá-los e tratá-los de forma adequada, ainda nos deparamos com situações onde as crianças portadoras de alguma necessidade especial são qualificadas como “anormais” e seu fracasso escolar seja justificado e atribuído a sua “anormalidade” orgânica. Segundo Scoz (1994, p. 19) tal atribuição se deu quando o “conceito de “anormalidade” começou a ser transferido dos hospitais para as escolas para designar as crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem”.

É comum que crianças e adolescentes sejam encaminhados para tratamentos psicológicos por serem diagnosticados erroneamente, como detentores de problemas de aprendizagem, isso porque geralmente apresentam um comportamento considerado inadequado para o ambiente escolar que conseqüentemente afetam sua capacidade de aprendizagem. Sobre isso Scoz (1994, p. 24) salienta que comumente as escolas “sem nenhum critério” classificavam as crianças que apresentavam dificuldades, e assim eram encaminhadas ao tratamento medicamentoso, ausentando quaisquer outros fatores, entre eles as ações da escola e dos professores como responsáveis pelo fracasso.

Outro fator que influencia negativamente o desempenho escolar, são os

problemas relacionados às más condições de vida e privações que sofrem as famílias de baixa renda. O não acesso as políticas públicas influenciam significativamente o desempenho das crianças, tanto no âmbito educacional quanto social, evidenciando assim o fracasso escolar.

[...] pobreza socioeconômica impacta muito negativamente o desempenho escolar, em grande parte porque alunos mais ricos chegam à escola com grandes vantagens (vocabulário muito maior, informação geral, manuseio de equipamentos digitais, comunicação mais escorreita etc). (DEMO, 2018, p. 70)

A situação de vulnerabilidade dos alunos de famílias pobres em relação a aprendizagem é muito significativa. Crianças que muitas das vezes já trabalham para ajudar no sustento da família, não tem tempo nem estímulos para se dedicarem aos estudos e que se sentem inferiores aos colegas “privilegiados”. Essas diferenças sociais em sala de aula dão origem a um abismo onde os alunos mais vulneráveis são lançados às margens da sociedade, causando seu fracasso escolar e perpetuando sua exclusão social.

Sobre a interferência do fator social na qualidade da educação das crianças pertencentes às classes menos favorecidas, é inviável presumir sua proporção, haja vista os diversos fatores que influenciam na qualidade do ensino nas escolas públicas. Sobre isso Demo (2010, p. 46) esclarece que “quando muitos repetem, o problema não pode estar apenas na precariedade do alunado. Assim como seria injusto depositar tamanho problema nos ombros exclusivos do professor, é igualmente despropositado colocar apenas na conta das misérias do aluno”. De fato. Entretanto, é perceptível que os alunos tidos como “baixa renda” são os que mais apresentam dificuldades no aprendizado e conseqüentemente os que elevam os índices de evasão escolar.

Embora o direito à educação seja garantido por lei, nos deparamos diariamente com situações de abandono social por parte do poder público. Ao negar o direito às condições dignas de vida, nega-se também o direito de inserção à sociedade e tudo que ela oferece, inclusive à educação, legitimando assim a exclusão social e conseqüentemente a escolar.

### **Rendimento escolar: as dificuldades de ensinar e aprender**

Partindo da premissa que a escola é lugar social, onde o conhecimento é disposto a partir de uma metodologia comum e valorizando apenas o esforço individual, a escola tem enfrentado grandes desafios relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. Ignorando as especificidades dos alunos a escola deixa de democratizar o ensino, pois uniformiza o ensinar como se fosse uniforme também o ato de aprender.

[...] os uniformes igualam a todos; as notas de aproveitamento são tomadas como resultantes apenas do trabalho realizado na escola e pela escola; o esforço pessoal torna-se fator decisivo do sucesso ou do fracasso escolar. Aliás, o fracasso é



explicado basicamente pela falta de empenho e esforço do aluno. No máximo, chega-se a responsabilizar os pais pelo insucesso do filho. Nunca a escola, que saí ileso destas avaliações. (BOCK et al., 1999, p. 264)

Com tal afirmação as autoras nos levam a pensar o papel da escola no desempenho ou não dos alunos, já que no processo de aprendizagem a sala de aula é vista pelo professor como um “todo”, sem distinção, onde o esforço individual é exaltado, ficando restrito somente a ele a responsabilidade pelo sucesso de cada indivíduo.

Sem levar em consideração a diversidade em sala de aula, as avaliações uniformizam os alunos. Sem levar em conta, principalmente a competência particular de cada um deles, a escola acaba por apartar dos demais aqueles que não desenvolvem conforme o esperado e a eles é imputada a culpa pelo próprio fracasso. Segundo (Bock, Furtado, Teixeira, 1999, p. 269), ignorar as diferenças é trabalhar para aprofundá-las. É preciso valorizar as diferenças, respeitá-las e trabalhá-las, pois, cada aluno, na sua especificidade, tem sim, capacidade de desenvolver-se plenamente.

Sobre a questão dos professores Demo (2010, p. 89) enfatiza que:

Para atingir patamares aceitáveis de qualidade educativa da população é estratégia primordial reaver a questão dos professores. A questão dos professores é complexa, incluindo pelo menos dois planos mais relevantes+ *valorização profissional e competência técnica*. O problema é de qualidade formal e política. (DEMO, 2010, p. 89. Grifo do autor)

O reconhecimento profissional trata-se de uma melhor remuneração, condições dignas de trabalho e condições para a dedicação exclusiva, pois muitos professores para aumentar a renda familiar acabam por submeter-se a mais de um trabalho. Já quando cita o problema formal, entramos no mérito mais uma vez da qualidade educativa, uma vez que a formação superior assim como a educação básica tem sido também qualificada como ineficiente.

É evidente que falta condições para um bom desenvolvimento do ensino e, se o professor enfrenta tantas dificuldades em ensinar, como poderá o aluno aprender? Ao referir às condições, pode-se dizer o que deveria ser o mínimo disposto para o desempenho eficaz da educação. Valorização do professor e valorização também do aluno, garantido a ele uma educação de qualidade a qual tem direito.

### **Práticas educacionais que (des) favorecem o processo de aprendizagem**

A recuperação do aluno com baixo rendimento escolar deve ser promovida pelas escolas conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica - LDB, como forma de assegurar o direito a consolidação do aprendizado, haja vista ser direito intransponível do aluno. Como prática que favorece a aprendizagem de

alunos com baixo rendimento escolar, uma ação promovida pelo Governo Estadual, de 2012 a 2014 teve por objetivo destinar um período escolar em favor dos alunos em dificuldades e defasagem. Foi o Período de intensificação da Aprendizagem, o PIA.

O Período de Intensificação da Aprendizagem foi implantado em todas as unidades públicas de ensino do Estado de Goiás, no entanto, cada escola, por meio dos seus gestores, possuía autonomia para desenvolver a ação conforme a realidade escolar e conforme a necessidades dos alunos. A partir de intervenções pedagógicas destinadas a singularidade dos alunos, a escola deveria promover momentos de estudos intensificados para recuperar os alunos que apresentavam notas igual ou inferior à média exigida. Conforme previsto na Resolução CEE/CP N. 5, de 10 de junho de 2011.

**Art. 89.** Cada unidade escolar deve, obrigatoriamente, estabelecer, de forma circunstanciada e exaustiva no projeto político pedagógico, no regimento e no plano de gestão, as ações pedagógicas e as condições mais adequadas para assegurar o ingresso, a permanência, a promoção e o aproveitamento de estudos de cada educando.

Pode-se dizer que o PIA foi uma ação que buscou reafirmar o compromisso da escola com o desempenho do aluno, pois promover meios de recuperá-lo é assegurar sua permanência e, conforme previsto no artigo acima citado, a escola deve estabelecer as condições que garantam todos seus direitos e assegurar também o seu desenvolvimento pleno.

Com o intuito de intensificar o ensino/aprendizagem, o PIA foi uma forma de evitar a repetência dos alunos, substituindo a recuperação paralela. No entanto, a partir de uma entrevista realizada com professores da rede Estadual de Ensino foi constatado um estado de um inconformismo diante a ação promovida. Segundo eles, o PIA “foi um descaso para com o trabalho do professor, já que os alunos, confiando que com o Período de Intensificação da Aprendizagem poderiam recuperar a nota, não demonstravam interesse pelos estudos”.

Outra ação investida pela Secretaria de Educação do Estado do Goiás a fim de favorecer o processo de aprendizagem, foi a Progressão Parcial. Trata-se a progressão parcial, da passagem do aluno com defasagem para o ano posterior e sua retenção apenas nas disciplinas em que não apresentou êxito. Quando o aluno não alcança o conteúdo exigido pelo currículo, ele deverá refazê-lo durante o ano seguinte, podendo ficar retido em até duas disciplinas. Dessa forma será disponibilizado a ele uma nova oportunidade de aprendizagem sem retenção no ano anterior.

Embora a Resolução CEE Pleno N. 3, De 3 De Julho De 2006 seja bastante específica quanto ao programa de estudo destinado a esses alunos, verificamos que este não ocorre como previsto. Na entrevista realizada, ficou evidente a insatisfação dos professores com o regime de progressão parcial, já que alguns afirmaram que o programa “não funciona como deveria”.

## Segundo o professor A:

A progressão parcial ajuda o aluno a se promover, avançar na série/ano. Porém, progressão sem programa de estudo no contra turno não altera nada na aprendizagem do aluno. Um trabalho e uma avaliação somente regulariza a situação de notas destes estudantes. Deveria exigir que o aluno frequentasse a escola no contra turno.

O aluno em regime de progressão parcial é submetido a uma avaliação sobre conteúdos não alcançados no ano anterior. Mas, se o programa de estudo não acontece, como afirma o professor entrevistado, como que esses alunos conseguem regularizar sua situação? Segundo depoimento de outro professor, “os alunos são submetidos a essa avaliação sob a orientação do professor, como o aluno não sabe o conteúdo, o professor o “ajuda”. Caso não alcance a média, uma nova avaliação é aplicada e assim sucessivamente, até que consigam”. (Professor B)

Assim como o Programa de Intensificação da Aprendizagem (este já não se encontra em vigor) e a Progressão Parcial, existem outras ações que visam recuperar os alunos com baixo rendimento escolar. As avaliações propostas pela escola têm como objetivo medir o nível de aprendizagem do aluno e assim distinguir quais apresentam baixo rendimento. No conselho de classe as informações são estudadas a fim de propiciar a intervenção necessária de acordo a dificuldade de cada aluno. A reorganização dos conteúdos, o acompanhamento individual e a recuperação paralela também fazem parte das ações de estratégias para a recuperação dos alunos que no decorrer do ano letivo apresentam baixo rendimento.

Ainda sob a ótica da recuperação dos alunos com baixo rendimento escolar, temos também o programa educacional “Crescer Juntos”, do governo estadual que faz parte do Programa de Correção de Fluxo. O Programa Mais Educação que propõe uma “união” da escola, profissionais de áreas diversas e a família como uma forma de associação de saberes compatível a sua idade, o “*SE LIGA*” que é destinado àqueles que ainda não foram alfabetizados e o “*ACELERA*”, que também visa atender aos que estão em defasagem idade/série.

Todas essas ações visam/visavam com unanimidade à recuperação dos alunos com baixo rendimento escolar. Trabalhar suas dificuldades e principalmente vencê-las, é dever do Estado e também da escola. A Resolução CEE/CP N. 5, de 10 de junho de 2011, prevê em seus artigos que:

**Art. 106.** A recuperação, parte integrante do processo de construção do conhecimento, deverá ser entendida como orientação contínua de estudos e criação de novas situações de aprendizagem, deve ocorrer:

Recuperar a aprendizagem dos alunos com baixo rendimento escolar deve fazer parte do contexto do trabalho pedagógico e coletivo da escola. Não se pode desenvolver um processo de ensino e aprendizagem que desconsidere esses

alunos. Para garantir uma educação de qualidade para todos é necessário elaborar e implementar estratégias de recuperação para todos os alunos com baixo rendimento escolar.

Desse modo a escola precisa promover ações de recuperação do aluno, mas é necessário também que ela promova ações de socialização juntamente com a família. Mais que convocar para as reuniões é necessário que haja ações direcionadas a enfrentar o distanciamento familiar. Chamar os pais para eventos, participar de programações na escola é uma forma de trazer a família para o contexto escolar sem que o chame apenas para delatar o mau comportamento e insuficiente desenvolvimento do seu filho.

Sendo a escola e a família instituições responsáveis pelo desenvolvimento social do aluno, é importante que ambas se aliem no processo educacional, já que é de suma importância para o desenvolvimento integral do aluno o empenho da escola e a participação ativa da família. Quando a escola se preocupa em promover trabalhos que buscam a recuperação dos alunos, ela dá a eles a chance de se reafirmarem no processo de ensino/aprendizagem. O aluno pode até desistir da escola, mas o contrário jamais poderá ocorrer.

### **Considerações Finais**

Em busca de números que quantificam a qualidade, o ensino tem sido deixado em segundo plano para dar lugar às metas que elevam os índices da escola, do governo. Os esforços envidados às práticas de recuperação muita das vezes se baseiam em números que reafirmam o desenvolvimento da escola, ignorando o desenvolvimento individual do aluno e a busca da efetivação de sua aprendizagem.

Uma educação que não contempla o “todo” previsto na constituição, que não olha para a minoria, não busca a reparação aos afetados pela má qualidade, não pode ser considerada uma educação democrática. Em uma sala de aula onde uns progridem e outros mantem-se estagnados e por consequência acabam por interromper sua trajetória escolar, não pode ser vista como igualitária.

Desse modo conclui-se que, uma educação que não abrange a totalidade, que não dá a todos que dela fazem parte as mesmas condições de se alcançar o sucesso, ela de fato contribui para a legitimação do fracasso do aluno. Uma educação que não é democrática é sem dúvida uma educação excludente.

Os esforços para recuperar o aluno devem fazer parte da proposta pedagógica da escola, está previsto no Projeto Político Pedagógico, e considerar as dificuldades e necessidades educacionais daqueles alunos com baixo rendimento escolar não deve ser apenas ações para diminuir o número de alunos retidos, é necessário pensar no desenvolvimento de fato de cada um. O que sem dúvida é um grande desafio para a educação.

## REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia**. 13° Ed. Saraiva. São Paulo-SP. 1999.

BOSSA, Nadia A. **Fracasso escolar: Um olhar psicopedagógico**. Artmed. São Paulo, 2002.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N° 9394 de 20 de dezembro de 1996.

DEMO, Pedro. **Atividades de Aprendizagem: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante**. Campo Grande, MS: SED/MS, 2018.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 16° ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

DEMO, Pedro. **Para aprender como autor**. Blog Prof. Pedro Demo, 2017. Disponível em: <https://pedrodemo.blogspot.com/2017/01/para-aprender-como-autor.html>.> Acesso em 01 de agosto de 2019.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Artmed. Porto Alegre, 1991.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente: análises de modalidades ensinantes com famílias, escolas e meio de comunicação**. Artmed. Porto Alegre, 2001.

FUNAYAMA, Carolina Araújo Rodrigues. (Org.). **Problemas de Aprendizagem: enfoque multidisciplinar**, 3° ed. Campinas-SP: Editora Alínea, 2008.

GOIÁS. **Dispõe sobre a Educação Básica em suas diversas etapas e modalidades para o Sistema Educativo do Estado de Goiás**. Resolução CEE/Cp N. 5, de 10 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Regulamenta a progressão parcial no ensino fundamental e médio e dá outras providências**. Resolução CEE Pleno N. 3, de 3 de julho de 2006.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 6 Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Artesanato 308, 309, 310, 311, 312, 317, 318, 319

Avicena 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

### B

Bem-estar 170, 171, 172, 176, 178, 182, 183, 222, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306

Big data 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

### C

Coleta de dados 33, 129, 146, 148, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

Competitiveness 190

Conflitos emocionais 33, 36, 37, 43

### D

Desenvolvimento sustentável 242, 243, 244

Design 57, 58, 59, 62, 241, 290, 291, 292, 298, 305, 306, 318

Didática 13, 14, 16, 19, 129, 203

Direito e Arte 230

Disposições sociais 157, 162, 163

### E

Educação do campo 261, 267, 268, 273

Ensino de ciências 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 155, 272, 273

Ensino técnico integrado 82, 94

Entrevista 4, 12, 37, 65, 71, 72, 73, 78, 86, 87, 102, 113, 197, 208, 226, 246, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Envelhecimento 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169

Ergonomia 57, 58, 59, 62

Estética da recepção 4, 5, 52

Estrutura familiar 72, 73, 79, 117, 121

### F

Famílias homoafetivas 117, 118, 122

Felicidade 181, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307

Filosofia árabe 210

Formação do leitor 45, 46, 47, 55

Fracasso escolar 66, 67, 69, 72, 80, 86, 93, 94, 95, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 262

### G

Gêneros digitais 96, 98, 99, 101, 103, 104

Geometria espacial 146, 147, 154, 155

## H

Hanseníase 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

História de vida 249, 250, 257, 258, 259, 260, 285, 286

## L

Letramento 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Letramento digital 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

## M

Momentos pedagógicos 146, 148, 154

Motivação 54, 73, 78, 79, 89, 92, 109, 127, 177, 178, 265, 270

Música 7, 10, 18, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 124, 254, 255

## O

Observação relacional 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

## P

Plano de Conteúdo (PC) 133

Plano de Expressão (PE) 133

## R

Rejeição 221

Rendimento escolar 76, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115

## S

Superação 66, 84, 127, 128, 129, 131, 178

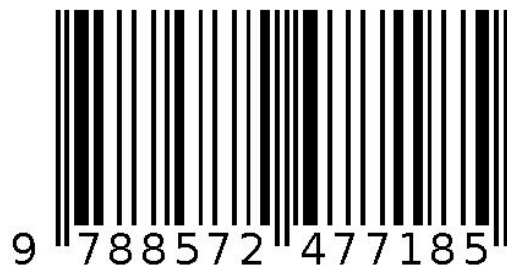
## T

Técnica inovadora 22, 23

Terapia Assistida por Animais (TAA) 170, 172, 184, 186, 187, 188

Tratamento intensivo 22, 23, 25, 30

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-718-5



9 788572 477185